

# HORA DE **Incluir**

PRIMEIROS PASSOS PARA A  
INCLUSÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

# Sumário

*Apresentação, 3*

*Introdução, 4*



Acessibilidade, inclusão educacional e educação especial, 5



Compreendendo melhor cada papel nesse cenário, 7



Primeiros passos: hora de incluir, o que fazer?, 15

## IV

Conhecendo o perfil do público da educação especial, 21

Altas habilidades/superdotação

Transtorno do espectro autista (TEA)

Pessoa com deficiência (PCD)

Pessoa com deficiência auditiva

Pessoa surda

Pessoa com cegueira ou deficiência visual parcial/baixa visão

Pessoa com deficiência física

Pessoa com deficiência intelectual

Transtornos de aprendizagem

Dislexia

Disgrafia

Discalculia

Dislalia

Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)

## V

Considerações finais, 47

*Bibliografia, 49*

*Créditos, 53*

# Apresentação

**A nossa Constituição**, com o art. 3º, inciso IV, ousou “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Mas o fato é que a mudança, o novo, o diferente geram inquietude, estranhamento, dificuldade. E o intervalo de tempo entre a ousadia constitucional e a garantia do amplo direito à cidadania das pessoas com deficiência passou lentamente para muitos no Brasil, já que esse direito foi celebrado deveras em 2015, com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Mais que uma questão teórica e legal, a promoção da acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência, síndromes, altas habilidades/superdotação e transtornos de

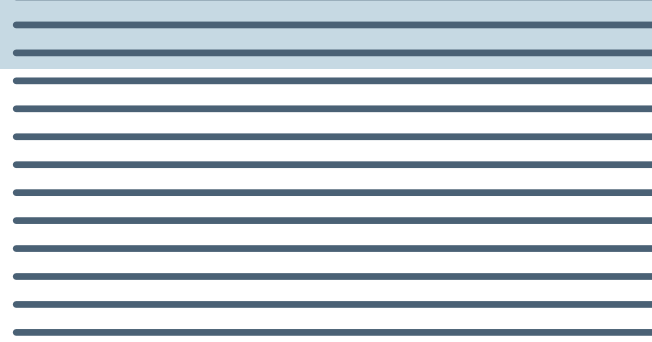
desenvolvimento são urgentes. São impreteríveis, mas não simples. As mudanças que essa questão implica são profundas.

Pensando nisso, o documento *Hora de incluir – Primeiros passos para a inclusão no contexto educacional* propõe algumas sugestões práticas e levanta informações atualizadas a fim de apoiar a comunidade educacional na missão de promover a inclusão.

Além disso, a Editora Positivo coloca-se ao lado de suas escolas conveniadas e parceiras e também da sociedade em geral como uma casa editorial absolutamente engajada em promover o bem de todos.

**Boa leitura!**

# Introdução



*“[...] nosso papel é formar cidadãos que saibam conviver e aprender com a diversidade, bem como respeitá-la.”*

## **A inclusão escolar de pessoas**

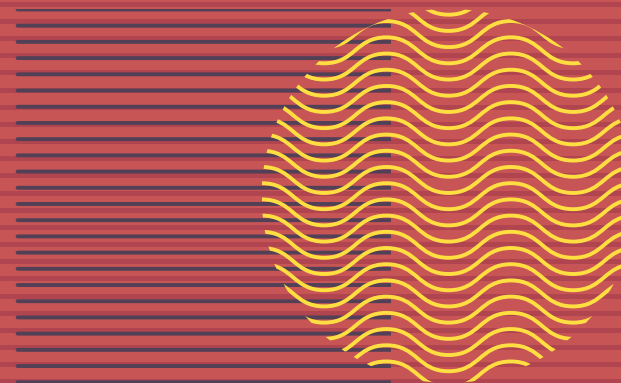
com deficiências sensoriais e motoras, síndromes, altas habilidades/superdotação ou transtornos de desenvolvimento é um direito estabelecido em diversos documentos legais, tanto pelo viés do direito à educação quanto pelo direito à acessibilidade. Mais que uma questão teórica, a presença desses alunos confirma o caráter inclusivo das salas de aula e dos demais espaços educacionais, uma vez que

as instituições educacionais refletem a diversidade humana que existe em nossa sociedade. Como educadores, nosso papel é formar cidadãos que saibam conviver e aprender com a diversidade, bem como respeitá-la.

*Hora de incluir – Primeiros passos para a inclusão no contexto educacional* se propõe a apoiar a comunidade educacional com informações atualizadas e sugestões práticas de como promover a inclusão.

**Vamos lá?**

# Acessibilidade, inclusão educacional e educação especial



**O entendimento de acessibilidade** consiste em reconhecer o direito de todos ao exercício pleno de sua cidadania. Para tanto, são necessárias observações quanto a aspectos **físicos** e **culturais** para que direitos políticos, econômicos, sociais e educacionais sejam alcançados em sua totalidade por qualquer indivíduo.

A promoção da acessibilidade passa pela etapa do planejamento de estruturas, espaços e metodologias para contemplar todas as pessoas – o que chamamos de **desenho universal**. Podemos pensar em uma organização da sala de aula em que todos consigam transitar com conforto e segurança,

em um plano de aula que explore diferentes estilos de aprendizagem ou em um vídeo que possa ser compreendido por todos os alunos, inclusive aqueles que têm acesso somente às imagens (por terem deficiência auditiva/surdez) ou ao áudio (por terem deficiência visual).

Mesmo com um projeto que tenha como objetivo ser acessível para todos, é possível que algumas pessoas não consigam usar esse espaço, metodologia ou material didático. Nesse caso, são necessárias as **adaptações razoáveis**, aquelas que vão torná-lo acessível para um público específico. Naturalmente, se pensarmos em acessibilidade de maneira ampla

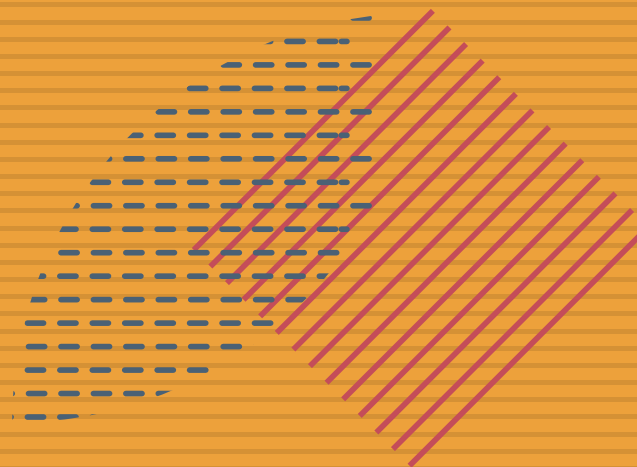
e preventiva, os casos em que serão necessárias alterações serão reduzidos a algumas exceções; se não pensarmos em acessibilidade na etapa do planejamento, teremos de adaptar cada passo do nosso trajeto, tornando o processo mais cansativo, menos eficaz e bastante frustrante.

Para ser de fato um ambiente escolar/acadêmico, a instituição deve proporcionar uma educação de qualidade e com livre acesso para todos. É necessário que escolas e instituições de ensino superior modifiquem os espaços, as metodologias e a cultura institucional, preparando-se para a recepção de estudantes em quaisquer situações. Nesse sentido, falamos de um local acessível e inclusivo.



**Quando falamos em “Educação Especial”, fazemos referência ao atendimento educacional especializado, ou seja, àquele direcionado à pessoa com deficiência, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento (notadamente o Transtorno do Espectro Autista), no que diz respeito às aplicações metodológicas dentro do contexto escolar para que se efetive a educação do aluno com deficiência. Mas cuidado: a palavra “especial” pode ser interpretada de maneira pejorativa devido ao senso comum que não reconhece a capacidade de pessoas com alguma diferença. Lembre-se de que educação é um direito constitucional e não deve ser voltada para o assistencialismo.**

# Compreendendo melhor cada papel nesse cenário



**O processo educativo é entendido** como processo social, envolvendo vários agentes, como o professor, as equipes de gestão e prestação de serviços, as famílias e os estudantes. É importante manter um diálogo aberto e franco entre família e escola, identificando com os responsáveis pelo aluno (e com ele mesmo, à medida que se torna mais autônomo) seu histórico: habilidades, dificuldades, atendimento prestado nas escolas anteriores, mudanças de diagnóstico, outros atendimentos com especialistas fora do contexto educacional.

Com essa parceria, que inclui os profissionais que atendem o aluno em questões não relacionadas diretamente à sala de aula (profissionais de saúde, terapeutas, etc.), cria-se uma rede de suporte ao estudante.

O compromisso da equipe escolar é tratar todos os estudantes de maneira ética, respeitando a diversidade humana presente e desconstruindo preconceitos e discriminações. O professor ou colaborador que não promove seu trabalho de maneira acessível (muitas vezes até se opondo a algumas boas práticas recomendadas) fere diretamente o direito dos alunos à acessibilidade, aumentando as barreiras/dificuldades desse grupo.



**Não confunda: atenção à pessoa com deficiência ou transtorno é diferente de superproteção, como se ela fosse extremamente frágil ou vulnerável. É importante não rotular o aluno, não sentir pena dele, não impedir que interaja com os colegas nem torná-lo vítima quando não conseguir realizar alguma atividade. Outra tendência não recomendável é colocá-lo em uma situação de destaque exagerado, com privilégios e isenção de regras de bom comportamento, como se o estudante fosse um “herói da superação”. Essas formas de tratamento não trazem nenhum benefício à pessoa, somente a deixam marcada como mais diferente, criando dificuldades maiores para sua inclusão e seu desenvolvimento.**

## Papel da equipe educacional

- Tratar o aluno público-alvo da educação especial como integrante da comunidade acadêmica/escolar da mesma forma que os demais.
- Dirigir-se diretamente ao aluno quando perguntar algo a respeito dele.
- Perguntar se o aluno precisa de ajuda antes de ajudar.
- Perguntar a forma como prefere ser ajudado.

## Papel do coordenador

- Promover ações para tornar o ambiente educacional inclusivo.
- Orientar os professores e a comunidade acadêmica/escolar sobre as necessidades do aluno.
- Mediar a relação com a família e a equipe multiprofissional que atende o aluno.



# Papel do professor

- Desenvolver ações inclusivas na sala de aula. Nos anos da Educação Básica, elaborar atividades e currículo adaptados.
- Observar os percursos de aprendizagem.
- Desenvolver metodologias e atividades considerando as necessidades do estudante.
- Estimular a integração dos alunos com os demais colegas da turma.

# Papel da família

- Realizar a matrícula do estudante na rede de ensino regular.
- Informar a equipe escolar sobre os atendimentos e tratamentos realizados pelo estudante, atualizando os pareceres dos profissionais especializados.
- Apoiar a equipe educacional aplicando as técnicas sugeridas, de forma a dar continuidade, em casa, ao trabalho desenvolvido.
- Acompanhar a saúde e o desenvolvimento do estudante, proporcionando os cuidados médicos e as terapias necessárias. Não é função da escola prover atendimento de psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, entre outros.

# Legislação e inclusão

As ações para as pessoas com deficiência, transtornos, síndromes e altas habilidades precisam ser efetivas e realmente promover a inclusão, atendendo à diversidade. Para além de meramente cumprir questões legais, há necessidade de que essas ações sirvam para promover a igualdade e a equidade entre todos.

Isso não quer dizer que a legislação seja dispensável ou pouco importante. Pelo contrário, conhecer a legislação e a normatização é fundamental para o desenvolvimento e a fiscalização de políticas públicas e para que ações sejam firmadas em prol desses objetivos. Por isso, apresentamos uma linha do tempo com os principais marcos legais internacionais e nacionais que regulamentam a temática.

Citamos apenas a parte principal de cada norma e frisamos que em cada uma delas há vários pontos que podem e devem ser explorados para que todos sejamos verdadeiramente reconhecidos em nossa humanidade.

1948

DECLARAÇÃO  
UNIVERSAL DOS  
DIREITOS DO HOMEM

1988

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- a) Art. 3, inc. IV, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”
- b) Art. 205, “a educação, direito de todos”
- c) Art. 206, inc. I, “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”

1989

LEI Nº 7853

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde

1990

DECLARAÇÃO  
MUNDIAL SOBRE  
EDUCAÇÃO PARA  
TODOS (UNESCO)

1994

**LEI Nº 8899**  
Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

1994

**POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

1994

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**  
Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais

1990

**LEI Nº 8069 – ECA**  
Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.  
Art. 55 – os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino

1996

**LEI Nº 9394**  
Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.  
a) Art. 55 – os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.

1998

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO CONSÓRCIO DA DEFICIÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO**  
Agra – Índia

1999

**CONVENÇÃO DA GUATEMALA**  
Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

1999

**DECRETO Nº 3298**  
Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

2001

LEI Nº 10216

Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

2000

LEI Nº 10098

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

2000

LEI Nº 10048

Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica (PESSOAS COM DEFICIÊNCIA), e dá outras providências.

2001

LEI Nº 10172

Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Uso do termo Escola inclusiva.

2001

DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE MONTREAL SOBRE INCLUSÃO

2002

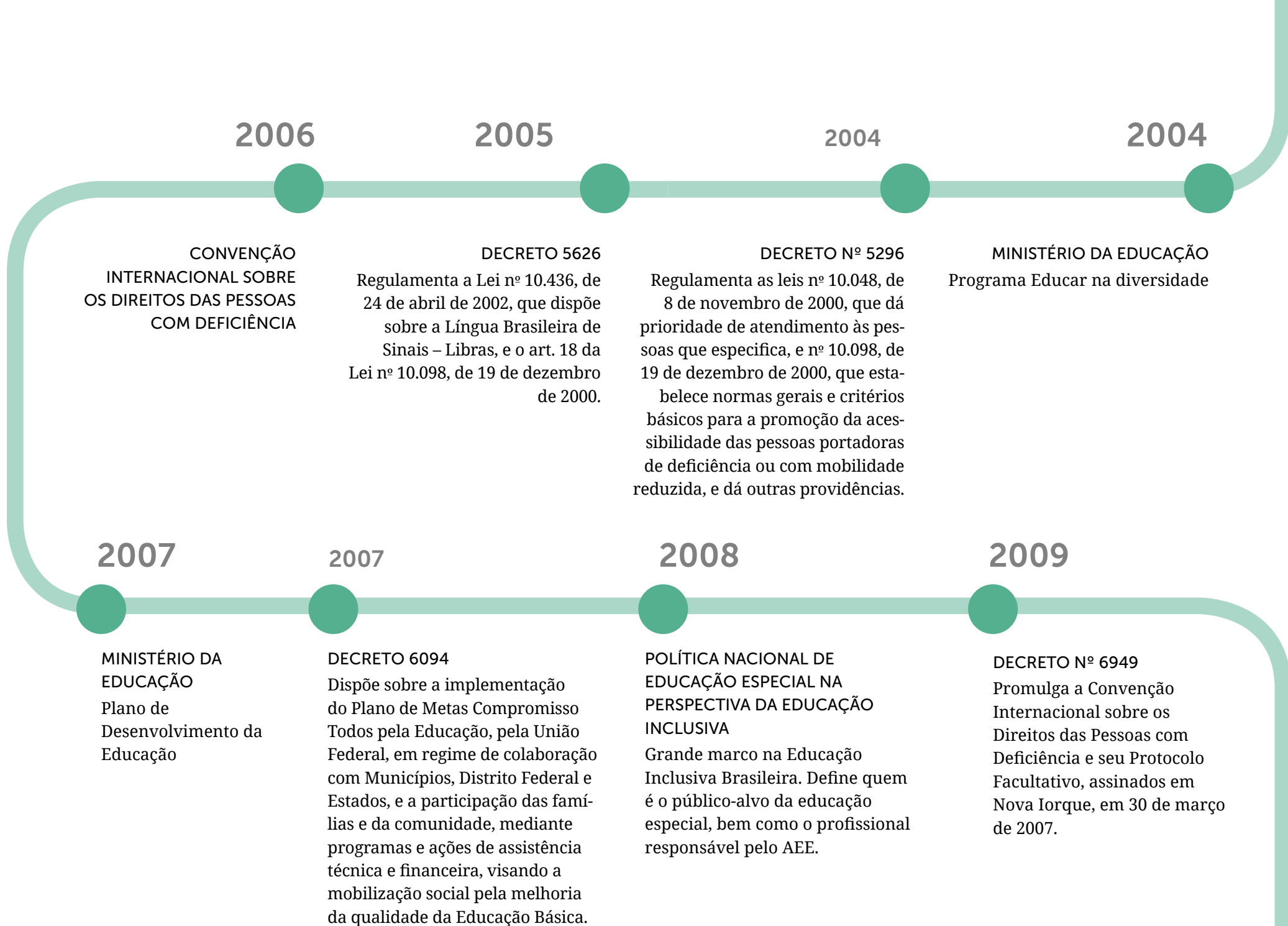
LEI Nº 10436

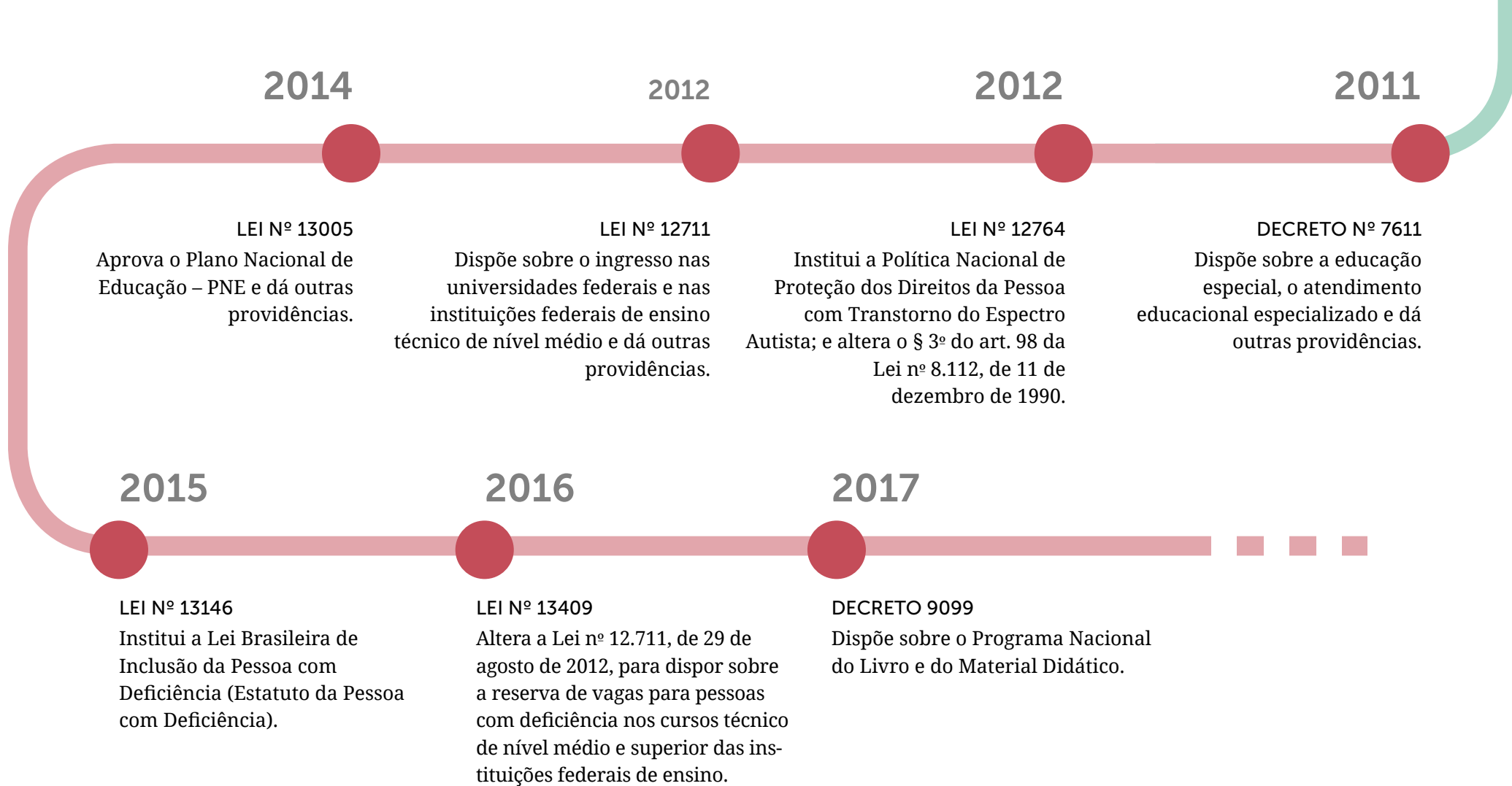
Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.

2003

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO

Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.





Essa viagem pelo tempo permite-nos perceber que houve avanços, mas que ainda há muito o que fazer. Precisamos que as ações e as políticas públicas sejam eficazes e eficientes, possibilitando a todos que a Educação seja realmente um direito concretizado, e não apenas letras sobre um papel.

**Para que possamos diminuir as desigualdades, a exclusão e as diferenças, precisamos agir com respeito, pensando que todos temos peculiaridades, diferenças e especificidades. Cada um, um novo tesouro a descobrir e lapidar.**

# Primeiros passos: hora de incluir, o que fazer?



Até aqui, ficou claro que o público-alvo da educação especial tem a garantia por lei de seus direitos, inclusive à educação. Na prática, a chegada de um aluno com deficiência, transtorno ou altas habilidades pode gerar muitas dúvidas e angústias por parte da equipe pedagógica. É comum a equipe não saber o que fazer. Veja os passos que propomos a seguir:



## Passo 1

**O primeiro passo é manter a calma e a transparência.**

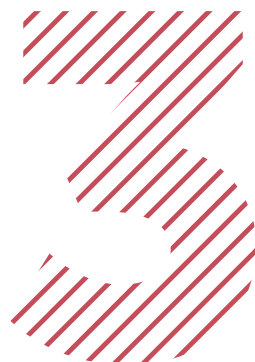
Cada aluno tem sua especificidade e sua forma de lidar com ela. Assim, não é errado dizer que você não sabe a melhor forma de ajudar ou pedir à pessoa que o oriente sobre como gostaria de ser ajudada.



## Passo 2

**É importante lembrar que ele é um estudante como os demais.**

Para tanto, procure perceber se você não está o tratando de forma diferente. Por exemplo: muitas vezes acabamos nos dirigindo à família ou a quem acompanha o aluno em vez de conversar diretamente com ele.



## Passo 3

**Neste momento, está na hora de conhecer o aluno.**

A coordenação deve obter informações sobre ele, suas necessidades, como era a adaptação na escola anterior, como é a interação com os colegas, com a família, quem são os profissionais de apoio, etc. É importante solicitar documentos, laudos ou pareceres dos profissionais que acompanham o aluno. Eles podem nortear o trabalho pedagógico, além de fornecer um diagnóstico preciso.

Na Educação Básica, é aconselhável promover uma reunião entre a família, o professor, o profissional do AEE e o gestor educacional, sem o aluno. No ensino técnico e superior, o aluno deve participar de todos os encontros. Após essa reunião, é importante fazer contato com os profissionais que realizam atendimentos terapêuticos. Nessas duas ocasiões, deve-se buscar o levantamento da maior parte das informações possíveis sobre o aluno, seu histórico, diagnóstico e estratégias adotadas anteriormente.



**Profissionais que atendem alunos da educação especial: médicos (neurologistas, psiquiatras, pediatras), psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos.**





## Passo 4

**A abordagem deve partir do conhecimento sobre a inclusão e sobre o aluno.**

As conversas apresentadas no passo anterior fornecerão subsídios para orientar a equipe pedagógica da instituição. Toda a equipe deve ser orientada: professores, equipe multidisciplinar e demais estudantes. Para essa abordagem, é importante conhecer sobre a inclusão e também sobre a especificidade do aluno. Há muitos materiais disponíveis! Mas não fique “engessado” ao diagnóstico. Procure conhecer seu aluno de maneira integral, observando as áreas cognitiva, afetiva, motora e relacional:

- discutir sobre inclusão de maneira geral;
- se houver diagnóstico fechado, apresentar características dele e do aluno como indivíduo;
- providenciar materiais de estudo para a equipe sobre essa situação;
- dar espaço para que a equipe apresente e esclareça possíveis dúvidas;
- construir Plano de Desenvolvimento Individual.



**O *Manual de Convivência* escrito pela atual deputada federal e senadora eleita Mara Gabrilli é um guia com várias dicas de como incluir uma pessoa com deficiência.**

**Acesse:**

[http://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2017/10/manual\\_web.pdf](http://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2017/10/manual_web.pdf)

## Passo 5

### É importante construir um Plano de Desenvolvimento Individual.

No Plano, devem ser descritas as ações, intervenções, flexibilizações e adaptações curriculares (quando necessárias) que a instituição realizará para o apoio e a inclusão do estudante. É importante ressaltar que, na elaboração desse plano, devem ser definidos os objetivos de aprendizagem para o aluno, os quais orientarão a escolha dos conteúdos, metodologias e avaliação – afinal de contas, ele não está na escola/instituição de Ensino Superior apenas para o desenvolvimento do aspecto social, mas também para aprender. Nesse plano, podem




constar: adaptações de material didático, disponibilização de intérpretes de libras, orientação aos professores, provas assistidas, apoio de monitores, estagiários, etc. Não podemos esquecer que cada caso tem suas particularidades e que a instituição inclusiva priorizará o desenvolvimento das habilidades que levem à autonomia do aluno. Na Educação Básica, esse plano deve ser produzido pela escola, e a família deve ser informada; no Ensino Superior, o aluno participa mais ativamente dessa construção.

## Passo 6

### Acompanhar, avaliar e readaptar pode ser necessário.

É importante observar o processo de adaptação do estudante e eventualmente fazer ajustes. Mais uma vez fica evidenciada a importância de objetivos claros e factíveis, os quais guiarão o processo de avaliação.



O texto *Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado*, da UNESP, é um ótimo guia para construção de um plano individual aos alunos.

Acesse em:

[https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro\\_9\\_poker\\_v7.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_9_poker_v7.pdf)



## Desafio 1

### E quando o estudante não tem diagnóstico?

Muitas vezes é o professor, em sala de aula, quem percebe alguma dificuldade no estudante. Cuidado para não patologizar, ou seja, enxergar o que é diferente como uma doença. Uma boa saída é realizar observações sistemáticas, tomar notas e trocar essas informações com o restante da equipe pedagógica. É possível que o aluno aprenda em outro ritmo ou de outra forma, não apresentando necessariamente uma deficiência ou um transtorno. Caso persista a suspeita, a família deve ser chamada para uma conversa em que serão solicitados pareceres de profissionais especializados, considerando alguns aspectos peculiares no que diz respeito à aprendizagem.



## Desafio 2

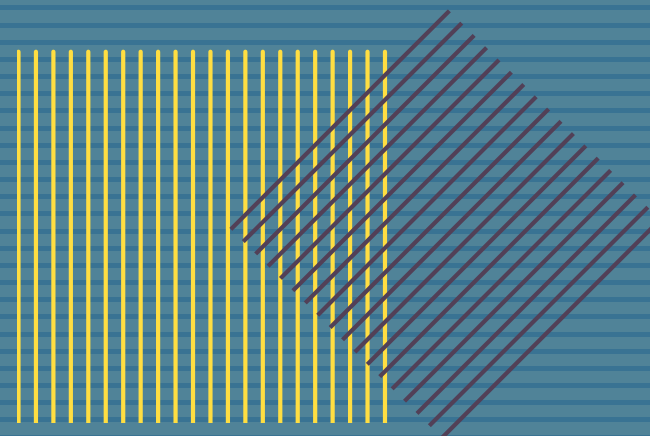
### E quando o aluno for adolescente ou jovem?

Nesse caso, o professor deve fazer o primeiro contato com o aluno. Para isso, é importante encontrar um local tranquilo, em que possa perguntar sobre a vida escolar e eventuais dificuldades. Mostrar-se interessado e com desejo de ajudar é essencial. A partir dessa conversa, o professor deve sinalizar os setores de apoio e informar que encaminhará o estudante para a equipe de especialistas.



O diálogo constante com a família e a equipe pedagógica é essencial no processo de organização da instituição inclusiva. É possível que a instituição tenha uma equipe grande, com profissionais que atuem em diferentes horários. Todos eles precisam conhecer as adaptações curriculares ou necessidades educacionais específicas, mas um dos profissionais deve ser o ponto focal, aquele que acompanhará as ações mais de perto, supervisionará a equipe de apoio, contactará a família ou os demais profissionais de apoio e criará um vínculo maior com o aluno. Esse papel pode ser desempenhado pelo coordenador, psicólogo escolar, pedagogo ou professor colaborador, mas deve ser um profissional claramente definido para a equipe e para a família. Apesar de sugerir-se esse ponto focal, a inclusão é responsabilidade de todos. Para que essa percepção seja coletiva, todos precisam ser engajados, envolvidos nas discussões, nas criações dos planos, nos processos de avaliação. Cada uma dessas intervenções, além de descritas no plano de desenvolvimento individual, precisam ser registradas na ficha de registro do aluno. Além disso, atas dos encontros realizados com a família ou demais profissionais também precisam ser redigidas, preferencialmente em livro próprio para essa finalidade.

# Conhecendo o perfil do público da educação especial



**Nesta seção, apresentaremos** os alunos que se enquadram na educação especial e daremos algumas sugestões práticas sobre como incluí-los com qualidade no dia a dia.

## Altas habilidades/ superdotação

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), sujeitos com altas habilidades/superdotados apresentam **notável desempenho e elevada potencialidade** em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes e capacidade psicomotora.

## Primeiras ações

Observe as habilidades, os talentos e interesses do aluno. Os estudantes com altas habilidades/superdotação poderão apresentar algumas dificuldades, como o desinteresse pelos conteúdos lecionados na escola, o que pode levá-los a ter baixo desempenho ou ter dificuldade de aceitar rotinas. O estudante pode também tornar-se frustrado e decepcionado por não se sentir acolhido e compreendido, o que se reflete em comportamentos intolerantes ou afastamento do grupo social.

## Ações práticas

- Enriqueça as propostas em sala de aula com teatro, projetos e feiras.
- Incremente atividades/jogos desafiadores.
- Não repita conteúdos que o aluno domina, seu papel é instigá-lo.
- Estimule o aluno a ajudá-lo na resolução de problemas diários utilizando do potencial criativo dele.
- Ofereça experiências diversas por meio de recursos visuais, auditivos e cinestésicos (sensações que estimulem a percepção muscular corporal).



### Acesse:

**Matéria *Repletas de necessidades*:** <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro\\_9\\_poker\\_v7.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_9_poker_v7.pdf)>

**Conselho Brasileiro para Superdotação:** <<http://conbrasd.org/wp/>>

**Associação Paulista para Altas Habilidades/Superdotação:** <<http://apahsd.org.br/>>

**MEC: A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação:** <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12679:a-construcao-de-praticas-educacionais-com-altas-habilidadessuperdotacao>>

# Transtorno do espectro autista (TEA)

O transtorno do espectro autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento que se manifesta nos primeiros anos do desenvolvimento e é uma condição permanente. Tem como principal característica o **comprometimento da comunicação, interação social e no comportamento** (restritivos e repetitivos), afetando o funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional. Apesar de essas características serem comuns a todas as pessoas que apresentam TEA, elas afetarão de maneira diferente cada indivíduo, por ser um espectro em que os graus de intensidade variam.

Em relação à **interação social**, pessoas com TEA não compreendem com clareza informações sobre o estado emocional de uma outra pessoa, expressões faciais, linguagem corporal, figuras de linguagem utilizadas em diálogos, portanto apresentam dificuldade na criação de vínculo espontâneo e falta de entendimento das convenções sociais. Em relação à **comunicação**, enfrentam também dificuldades em

se expressar, apresentando *déficit* nos comunicativos verbais e não verbais e consciência corporal.

Além da limitação de percepção do outro e de si mesmo, pessoas com autismo enfrentam distúrbios sensitivos e perceptivos visuais, auditivos, de tato, olfato e/ou paladar. Em relação ao especificador de **comportamento** alterado, podem apresentar elevada sensibilidade para ruídos específicos, luzes, cores, cheiros, gostos e até mesmo toques, podendo, portanto, apresentar problemas na sensibilidade sensorial, hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais, causando aversão ou fascinação, ansiedade, estresse e até mesmo dor física.

Em relação a **comportamentos repetitivos e restritivos**, podem apresentar movimentos motores, utilização de objetos ou até mesmo fala estereotipada e repetitiva, de modo que pareça um padrão ritualizado. Podem apresentar interesses fixos e altamente restritivos em algum assunto, objeto ou alimento, por exemplo.



**De acordo com o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5)*, o transtorno espectro autista engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger.**

É importante que educadores conheçam o TEA e estejam atentos à individualidade do seu aluno em sala, para que possam elaborar estratégias e intervenções específicas adequadas às necessidades do aluno, de modo que favoreçam a sua aprendizagem não apenas em relação ao conteúdo programático, mas também incluindo questões sociais e comportamentais.

Ainda é essencial a comunicação com a família e uma equipe multidisciplinar que realize atendimento externo para alinhar estratégias visando a melhor forma de inclusão do aluno.

## Ações práticas

- De um modo geral, o indivíduo com autismo apresenta dificuldade de comunicação, dificuldade para seguir regras, atenção curta e sensibilidade sensorial. Assim, é fundamental lembrar que é imprescindível dar instruções curtas, claras e consistentes.
- Rotinas bem estruturadas e previsibilidade são essenciais para alunos com TEA, portanto uma mudança na rotina acaba deixando-os frustrados e irritados. Logo, quando mudanças forem acontecer, o aluno deve estar ciente com antecedência, para que seja possível se adaptar às novas informações.
- Aulas que contenham vídeos, representações, gráficos, figuras e esquemas visuais ajudam na compreensão.
- Pela dificuldade de compreender a linguagem corporal, entonação, humor e ironia, o professor deve estar ciente de que deverá usar estratégias diferenciadas. Caso use figuras de linguagem, deve explicar o significado para o aluno, tornando uma ideia abstrata o mais concreta possível.
- Caso o aluno demonstre ansiedade diante do exposto pelo professor, ele pode realizar perguntas. O professor pode respondê-las, pois isso muitas vezes alivia a ansiedade diante do, até então, desconhecido. Caso sejam excessivas, o educador pode sinalizar que responderá após o término da aula ou em um momento mais adequado.
- O professor deve estimular o aluno a interagir com outros colegas e mediar essa interação se necessário, como na realização de trabalhos em grupo, por exemplo.
- Pessoas com autismo apresentam áreas de conhecimento e interesses específicos, portanto, na medida do possível, pode-se fazer utilização dessa característica para facilitação da apreensão do conteúdo.
- Alunos com TEA podem vivenciar situações em que estão sendo inadequados socialmente, por isso o professor pode sinalizar seu comportamento de maneira que não constranja o aluno e não o exponha.





Ao ensinar aos alunos que determinado comportamento é inadequado, é interessante seguir algumas etapas:

- 1. Sempre dizer ao aluno quando determinado comportamento não for adequado, bem como quando for indisciplinado.**
- 2. Explicar o motivo de tal ação não ser apropriada.**
- 3. Explicar as consequências que esses fatos podem acarretar ou já ocasionaram – e como pode afetar o sentimento do outro (como a outra pessoa se sentiu).**
- 4. Por fim, explicar como ele poderia ter lidado melhor com aquela situação.**

Pessoas com TEA muitas vezes se sentem confusas ou perdidas e podem se isolar. Veja algumas ações que podem auxiliar:

- Os demais colegas da sala/escola devem conhecer as dificuldades dos alunos com autismo para que possam apoiá-los. O educador deve ajudá-los nessa identificação, incentivando-os a auxiliar o aluno com autismo, levando em conta suas particularidades.
- As interações com o grupo devem ser progressivas em nível de contato e cooperação.
- Grupos de trabalho também podem causar ansiedade. Veja como seu aluno reage com trabalhos com outros colegas, incentive-o a participar.
- Dê instruções (curtas e objetivas) sobre como ocorrerá todo o processo do trabalho/atividade/exercício para evitar a ansiedade.

# Pessoa com deficiência (PCD)



Assista à campanha *Dê uma ajudinha a si mesmo!* e aos demais vídeos do canal do Instituto Mara Gabrilli:

<https://www.youtube.com/user/institutomaragabrill/>

A pessoa com deficiência é, antes de mais nada, um indivíduo com características individuais, contradições internas e opiniões sobre a própria vida, assim como as pessoas sem deficiência. Uma das maneiras de respeitá-la como tal é utilizar a terminologia adequada, escolhida pela própria comunidade, quando fizer referência a ela: pessoa com deficiência, e não pessoas deficientes, pessoas portadoras de deficiência, pessoas com necessidades especiais ou portadores de direitos especiais.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A deficiência pode ser:

- **Hereditária:** advinda de doenças transmitidas por genes (dos pais/avós/parentes com laço sanguíneo), manifestada desde o nascimento ou posteriormente.
- **Congênita:** a pessoa nasce com a deficiência, pois a deficiência já existe no indivíduo antes de nascer, durante a fase intrauterina (dentro do útero).
- **Adquirida:** a pessoa se torna deficiente por causas naturais, infecções, traumatismos ou intoxicações após o nascimento ou por acidentes no decorrer da vida.

*“Não tenha medo. Algumas situações podem parecer embaraçosas, mas tudo vai depender da forma como você lidar com elas. Uma coisa, entretanto, tem de estar muito clara: nunca subestime a eficiência de uma pessoa com deficiência e nem superestime as dificuldades. Ter uma deficiência não faz com que a pessoa seja melhor ou pior, somente impõe a necessidade de algum tipo de adaptação.”*

- Mara Gabrilli

(Manual de convivência – Pessoas com deficiência e Mobilidade reduzida 2. ed.)

# Pessoa com deficiência auditiva

Deficiência auditiva é a perda da capacidade de ouvir sons acima de 25 decibéis, sendo classificada em níveis progressivos (leve, moderada, severa e profunda). Essa perda auditiva pode trazer consequências para a aquisição da linguagem por afetar o desenvolvimento natural da fala. Isso influencia a forma com que o aluno vai aprender a escrita, uma vez que a relação entre som e letra não faz sentido para ele.

Outra consequência da surdez é que o aluno não vai captar informações sonoras: sirenes, avisos dados oralmente pelos professores e equipe da escola, alarmes, ditados, entre outros. É possível que a interação do aluno em grupos maiores seja comprometida, uma vez que ele não consegue acompanhar várias pessoas falando simultaneamente.

Chamamos pessoa com deficiência auditiva a pessoa que utiliza a Língua Portuguesa como língua principal, por meio de treino da fala e recuperação auditiva. Essas pessoas não se identificam com a Língua de Brasileira Sinais (Libras).

## Primeiras ações

É necessário identificar quais são os sons que o aluno não consegue perceber e deixar de utilizá-los, substituindo-os por acenos ou informações dadas de forma visual (verificar essas informações com a família e sempre observar o aluno). Sempre falar de frente e sem manter as mãos ou algum objeto escondendo a boca, para que o aluno possa fazer leitura labial. Utilizar a maior quantidade possível de recursos visuais.

## Ações práticas

- Falar de frente para o aluno e posicioná-lo nas cadeiras da frente da turma.
- Não se basear somente na relação entre som e letra para a alfabetização: mesmo que o aluno tenha acompanhamento de fonoaudiólogo para treino de fala, ele ainda está desenvolvendo essa habilidade.
- Caso o aluno use aparelho auditivo, verificar a possibilidade de utilizar o modo FM para que ele escute a voz do professor com mais clareza.
- Não penalizar o aluno quando ele não escutar chamados ou comandos, atribuindo esse comportamento a algum mau comportamento dele: mesmo que ele escute alguns sons, não vai escutar todos. Por exemplo, é possível que o aluno escute o apito do professor de Educação Física, mas não os comandos que são dados por voz; nesse caso, o professor deve pensar em outras formas de avisá-lo, como um aceno ou gesto de manter a mão levantada. Combine esses sinais com todos os estudantes para que o aluno com DA não seja marcado como diferente.
- Identificar salas, cantina, banheiros e demais dependências da escola com placas para que o aluno consiga se localizar visualmente. Em caso de alunos ainda não alfabetizados, colocar imagens ou desenhos acompanhando a palavra.
- Instalar sinais luminosos para tocar junto com o sinal sonoro.

# Pessoa surda

Pessoa surda é aquela que apresenta alguma perda auditiva e usa a Libras como língua principal de expressão e aprendizado. A interação com outras pessoas da comunidade surda e a experiência visual são parte importante da sua identidade.

## Primeiras ações

Verificar qual é o nível de uso de Libras do estudante (ele está aprendendo-a agora ou já tem experiência anterior?) e se a família utiliza também a Libras. Quanto melhor for o domínio da Libras pelo aluno e pela família, melhores serão as condições de comunicação e aprendizado dele. Conscientizar a equipe da escola de que o aluno utiliza outra língua, passando ainda pelo aprendizado do português escrito. Se o aluno for atendido por intérprete de Libras, fale sempre diretamente para o estudante, e não para o profissional (não use construções como “fale para ele” ou o “que ele achou”, pois isso dificulta a atuação do tradutor).



**A Língua de Sinais é uma forma de comunicação desenvolvida espontaneamente entre pessoas surdas – assim como as línguas orais (português, inglês, espanhol), não foi criada por um educador ou linguista específico, mas pelo uso da comunidade. A criança que conviver com outras crianças e adultos que utilizem a Libras vai aprender essa língua naturalmente. Esse grupo prefere ser identificado como **surdo** (e não deficiente auditivo), entendendo que o termo dá destaque à sua diferença linguística, e não à falta de audição. A Libras é uma língua completa, podendo ser usada para a comunicação diária e também para o ensino da criança surda em todas as disciplinas. Por ser inteiramente visual, a criança aprende plenamente o que está sendo dito (diferentemente da língua falada, em que há interrupções ou perdas quando a pessoa fala mais rápido ou vira para o lado). É uma língua diferente do português, com sua gramática e vocabulários próprios, sendo necessário estudo e prática de conversação para aprendê-la.**

## Ações práticas

- Utilizar sempre metodologias visuais: uso de imagens, organização da leitura de textos com gizes ou marcadores coloridos, vídeos, experimentos práticos. O aluno surdo aprende prioritariamente por meio do que observa.
- A escola deve providenciar um profissional de apoio pedagógico com certificação em Libras reconhecida pela Secretaria de Educação do Estado ou Município (de preferência, um pedagogo com especialização em Libras ou em educação bilíngue para surdos). Esse profissional apoia o professor em sala com as questões específicas da aprendizagem do aluno surdo, embora o estudante continue fazendo parte da turma e sendo de responsabilidade do professor.
- Em anos mais avançados (EFII e EM), esse papel pode ser exercido por um tradutor-intérprete de Libras (TILS) que também tenha a formação mínima exigida pela legislação.
- Envolver o uso da Libras nas aulas ensinando sinais relacionados ao conteúdo. A Libras desperta bastante curiosidade entre os colegas, de forma que aprender sinais é uma atividade bastante lúdica para os ouvintes (pessoas não surdas) e melhora a integração do estudante surdo na classe.
- Aprender Libras para se comunicar com o aluno diretamente sobre assuntos simples, sem depender do profissional de apoio ou intérprete.
- Na sinalização dos espaços da escola, associar palavras da Língua Portuguesa com imagens dos sinais da Libras, para que o aluno desenvolva as duas línguas.
- Ter professores de Libras, de preferência surdos, ensinando Libras para o estudante no AEE (Atendimento Educacional Especializado), visto que a maioria dos alunos não recebe essa instrução em casa.
- Promover cursos de Libras para os colegas ouvintes, para os pais/responsáveis e para a equipe da escola.
- Providenciar para que todos os vídeos utilizados em sala contem com interpretação em Libras e legendas, quando o aluno já for alfabetizado em Língua Portuguesa.



#### **Acesse e saiba mais:**

**Federação Nacional de Educação e  
Inclusão dos Surdos:** <[www.feneis.org.br](http://www.feneis.org.br)>

**Crônicas da surdez – blog da jornalista  
Paula Pfeiffer, deficiente auditiva, sobre  
surdez e tecnologias assistivas:**  
<[www.cronicasdaturdez.com](http://www.cronicasdaturdez.com)>

**Instituto Nacional de Educação dos  
Surdos:** <[www.ines.gov.br](http://www.ines.gov.br)>

#### **Leia:**

**GESSER, Audrei. *Libras? Que língua é  
essa?: Crenças e preconceitos em torno  
da língua de sinais e da realidade surda.*  
São Paulo: Parábola, 2009.**

#### **Assista:**

##### **Filmes**

**BLACK.** Direção de Sanjay Leela Bhansali.  
Índia: SLB Films, 2005. 1 DVD (122 min),  
son., color.

**ADORÁVEL professor.** Direção de  
Stephen Herek. EUA: Hollywood Pictures,  
1995. 1 DVD (143 min), son., color.

##### **Documentários**

**SOU SURDA e não sabia.** Direção de Igor  
Ochronowicz. Disponível em: <[https://  
www.youtube.com/watch?v=Vw364\\_Oi4xc](https://www.youtube.com/watch?v=Vw364_Oi4xc)>


**SOM E FÚRIA.** Direção de Josh Aronson.  
EUA, 2000. 1 DVD (80 min), son., color.

**SOM E FÚRIA: seis anos depois.** Direção  
de Josh Aronson. EUA, 2006. 1 DVD  
(29 min), son., color.

# Pessoa com cegueira ou deficiência visual parcial/ baixa visão

A cegueira é uma modificação grave ou total na visão, gerando complicações para identificar cores, tamanhos, formas e movimentos, ou seja, o aluno tem dificuldade para se situar no ambiente e perceber como está inserido nele (BRASIL, 2007). Com a visão prejudicada, o aluno utiliza de outras funções para se conectar com mundo, através do tato, olfato, paladar, audição e cinestésico (sensações) para superar a falta da visão (PEREIRA, 2009).

A baixa visão (também conhecida como visão subnormal, ambliopia ou visão residual) compromete o desempenho do aluno na escola devido à diminuição de informações recebidas através da visão. Pode ser associada ao **nistagmo**, movimentos rápidos e involuntários dos olhos, gerando cansaço durante leitura e diminuição visual. Também pode ser associada ao **albinismo**, falta de pigmentação congênita (substância que dá cor aos olhos) que afeta os olhos e limita gravemente a visão (BRASIL, 2007).



**Alguns sinais ajudam a identificar se um aluno pode ter algum grau de deficiência visual: dor de cabeça constante, olhos vermelhos ou lacrimajantes, inclinação da cabeça para enxergar, intolerância à luz, trazer objetos muito próximos ao rosto para ver (televisão, quadro, papel, livro ou caderno), entre outros.**

## Primeiras ações

Não se sinta constrangido ao falar que uma pessoa é cega, pois esse é um dos termos adequados para se referir às pessoas com essa deficiência. Utilizam-se hoje os termos “cego”, “pessoa cega”, “pessoa com deficiência visual” e “deficiente visual”. Considere manter o mobiliário de maneira que o aluno se sinta seguro ao se locomover, como ter cores com contraste entre móveis e o chão e evitar mudar sua posição. Quando ainda houver algo que possa ser um obstáculo (móveis em posição nova, degraus, objetos pendurados, etc.), avise o estudante para evitar acidentes.



## Ações práticas

- Desenvolver ou buscar materiais adaptados que explorem todos os sentidos/formas de percepção, como tato, olfato, paladar, audição e cinestésico. Para a leitura, estratégias muito usadas são os textos em Braille e textos digitais acessíveis (lidos com a utilização de *softwares* de leitura de tela).
- Estimular comportamento exploratório e incentivar a participação do estudante em sala.
- Estimular o potencial de sua visão e dos outros sentidos, para superação de dificuldades e conflitos emocionais.
- As avaliações devem ser adaptadas, evitando imagens ou representando-as por relevo ou descrição.
- Ao se apresentar ou iniciar uma conversa, dê um toque suave ao se direcionar ao aluno e, quando for sair do local, avise que está saindo.
- Apresentar o ambiente da escola ao aluno. Sempre que possível, falar a localização do espaço, especificando sua orientação em relação ao estudante (explique o que está à sua frente ou ao lado esquerdo, por exemplo).
- Permitir que o aluno faça avaliações em um ambiente separado, pois pode ser necessário o apoio por leitor/transcritor.
- Permitir que o aluno use recursos tecnológicos se isso for auxiliá-lo em sala.

A falta de visão provoca no aluno o interesse e a curiosidade de conhecer à sua volta. Dessa forma, o professor pode seguir algumas dicas para que os alunos tenham uma boa interação:

- Responder a perguntas feitas pelos colegas de forma natural, essa resposta não pode envergonhar ou discriminar o aluno.
- Explicar aos colegas que a comunicação deve ser feita pela fala e evitar comunicação gestual.
- Promover atividades das quais todos possam participar, lembrando que essas atividades não podem ser totalmente visuais.



#### **Aplicativo:**

***Be My Eyes (conecta cegos a voluntários que realizam leitura e descrição de placas, rótulos e outros textos)***

#### **Assista ao filme:**

***HOJE eu quero voltar sozinho. Direção de Daniel Ribeiro. São Paulo: Vitrine Filmes, 2014. 1 DVD (96 min), son., color.***

#### **Assista aos documentários:**

***ALÉM da Luz. Direção de Yves Goulart. EUA: Avanturi Productions, 2010. 1 DVD (82 min), son., color.***

***DORINA – Olhar para o mundo. Direção de Lina Chamie. Brasil: HBO Latin America, 2016.***

# Pessoa com deficiência física

Deficiência física se refere a alterações no corpo da pessoa que comprometam a função física daquela parte afetada. Podem ser paralisias totais ou parciais de um ou mais membros, ostomia (aberturas feitas cirurgicamente em alguns órgãos, como a traqueia ou o intestino), amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida.

Deformidades físicas que não comprometam a funcionalidade ou afetem somente a estética não são consideradas deficiência física.

## Primeiras ações

Não se espante com a falta de um membro e/ou a falta de mobilidade. Evite focar as características que são consequência direta da deficiência e observe e valorize as potencialidades do aluno.

A escola deve estar preparada para receber alunos com baixa mobilidade, tendo estrutura de acessibilidade arquitetônica, como rampas, banheiros adaptados, elevadores, bebedouros na altura do cadeirante, vaga especial, entre outros.

## Ações práticas

- Verificar o uso de instrumentos ou tecnologias que proporcionem melhor qualidade de preensão (pega) em objetos como lápis ou canetas ou estabilidade nos movimentos (tamanhos diferentes, engrossadores de borracha, faixas fixadoras).
- Pensar que seu aluno não tem mobilidade para realizar atividades físicas complexas, portanto adapte-as para que ele possa realizá-las, sendo estimulado a superar barreiras em relação ao ambiente físico.
- Não julgar as potencialidades desse aluno, mas perceber se o quadro do estado do aluno é estável ou progressivo.
- Promover a interação com os colegas dentro da sala de aula e em atividades/brincadeiras em que esse aluno possa participar sem a sensação de invalidez e não sendo excluído.
- Orientar e monitorar os alunos para que não deem atenção inadequada à deficiência e/ou pratiquem *bullying* em razão da falta ou mobilidade da parte física do sujeito.



# Pessoa com deficiência intelectual

A deficiência intelectual já teve várias conceituações e formas de ser expressada. Desde apenas uma visão focada no QI até uma visão mais contextualizada e focada no sujeito.


Atualmente, o diagnóstico dessa deficiência é feito com a utilização de testes e levantamentos por uma equipe multiprofissional que, após análise conjunta, apresenta um parecer mais completo, e tem por base três conceitos: dificuldade, inteligência e comportamento adaptativo, ampliando a visão da definição envolvendo pessoa e ambiente com a diversidade.

A dificuldade está relacionada ao funcionamento em desvantagem do sujeito focando

a sociedade; a inteligência, à capacidade de resolver problemas, aprender, compreender, pensar, agir; e o comportamento adaptativo, à capacidade de funcionamento nas atividades cotidianas.

As principais características verificadas nessa deficiência são menor eficiência nas questões relacionadas à aprendizagem, resoluções de problema e aquisição de aptidões.

O teste de QI foi, por muito tempo, utilizado como único instrumento para analisar e diagnosticar pessoas com deficiência intelectual. O problema dessa análise é a desconsideração dos aspectos sociais e culturais.



**Desde 1995, o termo “deficiência mental” não é mais utilizado, sendo substituído por “deficiência intelectual”. Essa medida, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), visa distinguir deficiência intelectual de transtorno mental, uma vez que a deficiência está relacionada diretamente aos aspectos cognitivos (aprendizagem, resolução de problemas); e o transtorno, a questões globais, relacionadas a sinapses e química cerebral, não havendo uma relação entre os diagnósticos.**

## Primeiras ações

Ao receber um aluno com deficiência intelectual, é importante entender o histórico de vida e escolar desse aluno. Isso é feito em parceria com a família e os profissionais que o atendem, quando for o caso. Será sempre necessário a busca por novos caminhos de atendimento: independentemente de os diagnósticos serem padronizados, os alunos nunca o são. Isso faz com que a metodologia utilizada para um aluno com deficiência intelectual possa não ser adequada para outro, mesmo que ambos tenham o mesmo diagnóstico.

Ao ter essas informações, a escola deve pensar em um plano de atuação com ações que tenham foco no aprendizado e na socialização desse aluno, fazendo com que o ambiente escolar seja respeitoso e inclusivo.

# Ações práticas

## Na sala de aula

- Ao usar figura de linguagem, explicar o seu significado ou perguntar se o aluno sabe o que quer dizer.
- Todos os comandos de atividades a serem realizados devem ser claros e objetivos.
- Dividir atividades mais subjetivas, se possível, em subtarefas mais objetivas.
- Respeitar o tempo de falar do aluno sem ficar interrompendo ou tentando adiantar a sua fala.
- Respeitar o fato de que o tempo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual é diferente, sendo necessário, em alguns momentos, um prazo maior para realizar atividades.
- Ampliar o prazo de entrega de trabalhos enviados para a realização em casa.
- Metodologias que sejam mais práticas e envolvam o aluno com essa deficiência

no problema serão aprendidas com maior facilidade.

- Atividades que necessitem de cópia ou ditado devem ser trazidas previamente preparadas para que ele possa realizá-las no tempo dele, em sala ou em casa.
- Caso o aluno não seja oralizado, utilizar outras formas de comunicação (alternativa/alternativa), como placas/cartões/pranchas de comunicação, objetos, pasta com símbolos.
- Caso o aluno com deficiência intelectual seja acompanhado por um profissional de apoio em sala de aula, ele é responsável apenas por mediar o relacionamento com os colegas e a realização das atividades respeitando o tempo do aluno. O professor sempre será o responsável pelo aprendizado e pela adequação das atividades levando em conta suas necessidades individuais.

## Com outros alunos

- É importante que a instituição trabalhe temas relacionados à diversidade.
- Ao trabalhar as deficiências, tomar cuidado para não criar rótulos e estereótipos padrões e para que se respeite o funcionamento de cada indivíduo.
- Os colegas do aluno com deficiência intelectual deverão entender e respeitar a maneira com que ele aprende e entende o mundo.
- O professor tem a responsabilidade de envolver o aluno com deficiência nas atividades em grupo, mediando as atividades e responsabilidades.

# Transtornos de aprendizagem

Apesar de os transtornos de aprendizagem (transtornos funcionais) ainda não serem considerados público da Educação Especial pela legislação brasileira, essa tem sido uma demanda frequente nas instituições de ensino. Optamos por incluir essa seção neste material por entender que o atendimento a esses alunos é coerente com uma visão de educação inclusiva e acessível a todos, presente inclusive nas orientações internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994). O próprio Ministério da Educação considera que essa seja uma premissa da educação para todos. Na sua *Política Nacional da Educação Especial sob a Perspectiva da Educação Inclusiva*, afirma-se que

*“Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. (...) Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros. As definições do público-alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos.”*

(Brasil, 2008, p. 16)

## Ações práticas

- Motivar, induzir o despertar e o interesse do aluno em se comprometer e aprender.
- Manter um relacionamento interpessoal, com vínculo afetivo.
- Aconselhamento e orientação educativa individual.
- Orientar o aluno para que se sente nas primeiras carteiras da sala.
- Dar instruções e orientações curtas e simples que evitem confusões (dividir uma tarefa em partes menores).



# Dislexia

Sua causa é neurobiológica, caracterizada por distúrbios na leitura e soletração. Pessoas com esse transtorno de aprendizagem apresentam dificuldades – mesmo com esforço para superá-las –, deixando de nomear objetos e pessoas. Apresentam também grande dificuldade de interpretação de texto.

Outros indicativos:

- Menor fluência na leitura ou leitura realizada com dificuldade.
- Dificuldade na memória verbal.
- Troca, inversão, omissão ou acréscimo de letras e sílabas nas palavras.
- Confusão de letras de grafia similares.
- Erros de ortografia durante a escrita.
- Letra disforme, irregular e imprecisa.

## Primeiras ações

É importante estar atento ao perfil de aprendizagem do aluno e às dificuldades que ele apresenta. Para o bom desenvolvimento do aluno, será necessário que algumas adaptações pedagógicas sejam feitas, como a leitura compartilhada de um texto, a inserção de figuras e o auxílio em atividades escritas.

## Ações práticas

- Avaliar o aluno oralmente e, na situação de avaliação escrita, ler o teste em voz alta para toda a turma.
- Orientar o aluno na organização dos materiais a serem utilizados na aula.
- Se necessário, aumentar o tempo de uma atividade.
- Fornecer atividades que trabalhem estratégias multissensoriais.



# Disgrafia

A disgrafia é uma alteração da escrita e está ligada a problemas perceptivo-motores, tendo por características principais o traçado lento das letras e a escrita ilegível.

- **Disgrafia motora:** dificuldade de falar, de ler e na coordenação motora fina para escrever letras, números e palavras.
- **Disgrafia perceptiva:** dificuldade de fazer a relação entre o sistema simbólico e as grafias que representam sons, palavras e frases.

## Primeiras ações

É necessário realizar adaptações para diminuir a relação da escrita no processo de aprendizagem, mantendo o processo de aquisição de conhecimento. A utilização da expressão oral pode ser muito rica para esse tipo de aluno. Também é preciso proporcionar ao aluno meios e ferramentas adequados para o desenvolvimento da caligrafia.

## Ações práticas

- Elogiar e estimular sempre que o aluno realizar uma conquista.
- Abolir o uso de canetas vermelhas ao corrigir tarefas e provas.
- Atendimento individualizado.
- Avaliações devem enfatizar mais a expressão oral.
- Realizar atividades de caligrafia supervisionada, oferecendo feedback para letras específicas.

# Discalculia

Transtorno neuropsicológico caracterizado pela dificuldade no processo de aprendizagem do cálculo e que se observa, geralmente, em indivíduos de inteligência na média que apresentam inabilidades para a realização das operações matemáticas e falhas no raciocínio lógico-matemático.

Outros indícios são:

- Pouca fluência e precisão em cálculos.
- Dificuldade em memorizar números.
- Confusão com os símbolos numéricos.
- Lentidão em atividades que envolvem números.
- Pouca compreensão de conceitos que envolvem numerosidade, como medidas, tempo ou dinheiro.

## Primeiras ações

Um aluno diagnosticado com discalculia precisa de adaptações pedagógicas para favorecer a aprendizagem, como utilizar materiais concretos para o ensino do raciocínio matemático. Estar atento às dificuldades e facilidades do aluno, saber quais são as habilidades que ele precisa desenvolver e quais já domina é essencial para ampliar o processo de aprendizagem.

## Ações práticas

- Relacionar o conteúdo matemático com materiais manipuláveis.
- Traduzir alguns conceitos ou ajudar na compreensão deles.
- Se necessário, aumentar o tempo da atividade.
- Utilizar desenhos e imagens para ilustrar o conteúdo
- Auxiliar o aluno a compreender quais habilidades já adquiriu e quais ainda precisa desenvolver.

# Dislalia

Dislalia é um distúrbio da fala que se caracteriza pela dificuldade de articular as palavras, ou seja, é uma má pronúncia que consiste na omissão, substituição, distorção ou acréscimo de sons nas palavras faladas. Refere-se à má formação da articulação de fonemas, portanto de ordem funcional, e não neurológica. A dislalia pode ser subdividida em:

- **Dislalia evolutiva:** erros de linguagem considerados normais que se iniciam ainda na infância, porém são corrigidos de maneira gradual durante o desenvolvimento da pessoa.
- **Dislalia funcional:** a mais comum. Neste caso, a pessoa substitui letras durante a fala, não pronuncia o som, acrescenta letras na palavra ou distorce o som.
- **Dislalia audiógena:** ocorre na dificuldade auditiva, pois pelo fato da impossibilidade de ouvir os sons da fala corretamente, não há como imitá-los.
- **Dislalia orgânica:** ocorre em casos de deficiências orgânicas ou lesões anatômicas, podendo principalmente ser lesões no encéfalo ou alterações nos órgãos periféricos da fala, levando à impossibilidade de pronúncia de sons/palavras.

## Primeiras ações

As ações iniciam-se principalmente na infância, quando essa condição é detectada na fase da alfabetização. Portanto, é recomendável, apenas nesta fase, fazer com que o aluno (junto com sua turma) realize exercícios para percepção da sua fala e dicção, porém nunca apontando a sua fala, apenas encorajando-o a falar e repetir de maneira clara a pronúncia correta.

A escrita do aluno com dislalia pode ou não ser alterada. Portanto, é necessário observar se o aluno escreve da maneira que fala e auxiliá-lo nesse processo.

O professor, neste momento, entendendo que o aluno apresenta uma dificuldade na fala, pode realizar encaminhamentos à equipe multidisciplinar para que o auxiliem no fornecimento de estratégias adequadas para a individualidade do aluno em questão.

## Ações práticas

Para a dislalia que permanece após o período da infância, não mais em período de alfabetização, algumas ações específicas em sala são importantes para favorecer o processo de aprendizagem do aluno:

- Não corrigir a pronúncia de suas palavras ou apontar as suas falhas, pois isso pode gerar constrangimento e afetar sua autoestima, impedindo que ele volte a falar em voz alta na sala.
- Encorajar a fala em sala, para que o aluno possa tirar suas dúvidas e trazer suas contribuições.
- Prestar atenção na relação do aluno com seus colegas, se não está isolado. Se sim, auxiliá-lo na sua inclusão e socialização.
- Prestar atenção ao *bullying*, para que a dislalia do aluno não seja alvo de humilhações.

# Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)

O TDAH é uma condição diferenciada do neurodesenvolvimento. Caracterizado por déficit de atenção, atividade física e mental excessiva, impulsividade e dificuldade em controlar comportamentos, O TDAH é dividido em três subtipos:

1. Predominantemente desatento;
2. Predominantemente hiperativo-impulsivo;
3. Tipo combinado.

O TDAH ainda pode apresentar graus, sendo leve, moderado e grave, e ter início ainda na infância se estendendo até a vida adulta.

No caso de **peças com conduta desatenta**, é comum o abandono de tarefas sem conclusão e descuido nas atividades; falta de concentração, dispersão ou distração com facilidade; ignorar ou não perceber que uma pessoa está se dirigindo a elas; dificuldade para se organizar; esquecimentos nas atividades diárias e perda de objetos; dificuldade em tarefas que exijam um esforço mental prolongado.

**Pessoas com conduta hiperativa** podem apresentar aspectos como movimentação constante motora (mãos e pés); agitação na fala e fala excessiva; dificuldade em permanecer em atividades tranquilas; interrupções ou interferências de pessoas em atividades em grupo; precipitação em responder a perguntas em um diálogo.

## Primeiras ações

Comumente as características provenientes do TDAH podem ser confundidas com mau comportamento ou resistência a orientações e serem tratadas de forma indevida. Cuidado para não realizar diagnósticos informais em sua sala, identificando TDAH em alunos que são mais agitados ou impulsivos. Lembre-se de que o diagnóstico deve ser feito por médicos e psicólogos. O conhecimento do diagnóstico é fundamental para que se dê uma boa condução, pois, se não for dada a devida atenção, pode desencadear consequências emocionais, psicológicas e sociais.

Pessoas com TDAH, por suas características, comumente têm seu desempenho escolar/acadêmico afetado. Isso enfatiza a necessidade de estar atento aos aspectos de aprendizagem, identificando seu rendimento associado à condição para compreender melhor o aluno e seu aprendizado. Torna-se, portanto, indispensável ao educador, em um primeiro momento, manter um vínculo com o aluno, para que ele não se sinta inferior em relação aos demais colegas, por conta do seu tempo de aprendizagem.

## Ações práticas

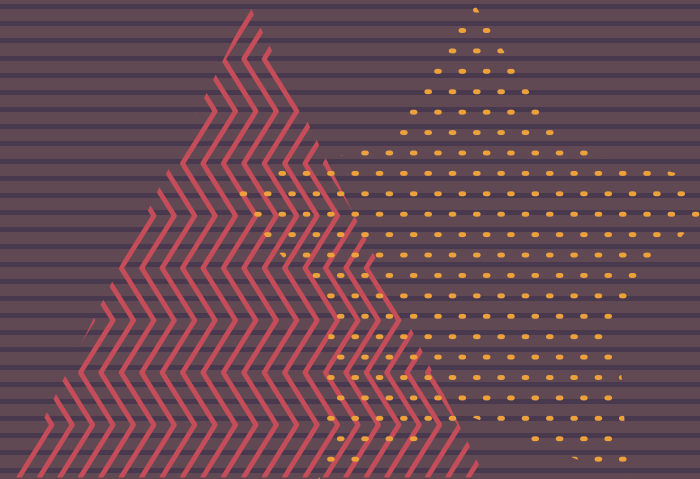
- Auxiliar o aluno na sua organização de materiais e de atividades.
- Enfatizar conteúdos e prazos de atividades que devem ser anotados.
- Dar instruções claras observando se o aluno está prestando atenção na sua fala, e, quando possível, instruções segmentadas para que haja maior compreensão.
- Fazer perguntas para ter certeza de que o aluno entendeu as instruções solicitadas.
- Criar estratégias para voltar a atenção do aluno ao conteúdo ou à atividade a ser realizada.
- Sugerir que se sente próximo ao professor para que haja maior facilidade de compreensão com menos estímulos à sua volta promovendo distração.
- Reconhecer o esforço do aluno, promovendo encorajamento verbal e motivação sempre que necessário.
- Não enfatizar fracassos e comparações com outros colegas.
- Atendimento individual que pode apontar comportamentos positivos e inadequados e auxiliar o aluno na construção desses comportamentos.



**Acesse o *site* da Associação Brasileira do Déficit de Atenção:**

**<<http://tdah.org.br/>>**

# Considerações finais



**Entre o momento da sinalização** da possibilidade de necessidade de atenção especial ou diferenciada ao estudante e a apresentação do laudo, nossas preocupações devem ser direcionadas ao desenvolvimento pleno e integral e ao processo ensino e aprendizagem. Assim, faz-se necessário um acompanhamento prévio e inicial ao estudante. Essa ação pode ser a alavanca para que as ações seguintes sejam um processo menos traumático, quaisquer que sejam. É importante destacar que a escola não pode exigir laudo como condição ao fornecimento de atendimento educacional especializado. Segundo o entendimento do

MEC, esse não é um documento pedagógico, mas um documento clínico complementar ao plano de AEE desenvolvido pelos educadores. A falta do laudo não pode se sobrepor ao direito à educação e à acessibilidade. Entretanto, tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente quanto a Lei Brasileira de Inclusão preveem a responsabilização da família e do Sistema Único de Saúde na efetivação do direito à saúde dos estudantes da educação especial; nesse sentido, quando uma instituição de ensino solicita esses documentos à família (ou ao próprio estudante, se capaz), ela apoia a efetivação de outro direito fundamental.

Caso a suspeita dos educadores não seja confirmada (por meio de testes aplicados por profissionais especializados), o estudante terá a oportunidade de perceber que as questões observadas eram apenas uma situação momentânea.

Há casos em que, a despeito das orientações dos educadores e mesmo de um laudo confirmado por testes específicos, a família ou o estudante não aceita a sua condição. Cada ser humano tem seu tempo... conscientizar-se de uma situação nova pede reflexão e ação; às vezes essas são mais complexas por conta das nossas vivências e dos nossos pré-conceitos, mas a ajuda de profissionais é fundamental para que o processo seja menos desgastante.

A atenção diferenciada dos profissionais envolvidos nesses casos, tentando levar à conscientização e à percepção de que a situação precisa ser vista com a realidade urgente que cada caso precisa, é fundamental. Esses mesmos profissionais precisam respeitar o tempo de cada um, agindo com ética e com parcimônia para que o atendimento seja o resultado alcançado.

Ser resiliente nessa hora é fundamental para que possamos progredir enquanto seres humanos e também enquanto sociedade. Cada dia é importante para que possamos perceber que a inclusão é uma ação diária, em todas as situações: incluimos quando pensamos que todos nós precisamos do nosso momento para tudo; incluimos quando somos nós e deixamos que os outros sejam eles, cada um com suas necessidades e características distintas; incluimos quando respeitamos uns aos outros.

***“Ser resiliente nessa hora é fundamental para que possamos progredir enquanto seres humanos e também enquanto sociedade.”***

*Este Hora de Incluir – Primeiros passos para a inclusão no contexto escolar se apresenta como um compêndio de informações e dicas, mas está longe de ser o final. Ele é apenas mais uma intenção de chamar a atenção e dar norte para situações com as quais nos deparamos cotidianamente. Mais importante do que o resultado é o processo, portanto este guia sempre estará em crescimento e evolução e sempre será motivo de reflexões acadêmicas. Afinal, a cada dia nos deparamos com novas e inusitadas necessidades e precisamos encontrar o melhor caminho para que possamos ser individualmente cada um, mas, ao mesmo tempo, para que possamos construir um coletivo e uma sociedade que prime pela igualdade, pela reciprocidade e pela inclusão.*

**Vamos pensar e agir juntos?**



# Bibliografia

## Legislação

BRASIL. Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm). Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm). Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm). Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 9 de outubro de 2007. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Presidência da República. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed. Brasília, 2010.*

## Referências

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Nota técnica 4: orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar*. Brasília, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Atendimento educacional especializado: deficiência visual*. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_dv.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- NUNES, Sylvia et al. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. *Psicologia Escolar e Educacional*, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 55-64, 2010.
- PACHECO, Kátia M. de B.; ALVES, Vera L. R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. *Acta fisiátrica*, [S.l.], v. 14, n. 4, p. 242-248, 2007.
- PAULON, Simone M. *Documento subsidiário à política de inclusão*. Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- PEREIRA, L. P. *Deficiência visual e surdocegueira: encontro pelas mãos*. São Paulo: Mais deficiência, 2009.
- SÁ, Elizabet D. de; CAMPOS, Izilda M. de; SILVA, Myriam B. C. *Atendimento educacional especializado: deficiência visual*. Brasília: MEC/SEESP, 2007.
- SASSAKI, Romeu K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. *Mídia e deficiência*, Brasília, p. 160-165, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação*. Disponível em: <[https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?1473203319](https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319)>. Acesso em: 9 jul. 2018.
- UNESCO. *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca, 1994.

## Sugestões de leitura complementar

BRASIL. Ministério da Educação. *Educação inclusiva: a família*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/afamilia.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. *Documento subsidiário à política de inclusão*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticaeinclusao.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. *Inclusão – Revista da Educação Especial*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. *Educar na diversidade, material de formação docente*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educarnadiversidade2006.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. *Saberes e práticas da inclusão*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. *Atendimento Educacional Especializado: deficiência mental*. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_dm.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dm.pdf)>. Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. *Cartilha de orientação às famílias*. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12455-cartilhabpcnaescola-orientacaofamilias-pdf&category\\_slug=janeiro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12455-cartilhabpcnaescola-orientacaofamilias-pdf&category_slug=janeiro-2013-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 13 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. *Revista da educação especial*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

## Editora Positivo

**Presidente:** Ruben Formighieri

**Diretor Geral:** Emerson Walter dos Santos

**Diretor Editorial:** Joseph Razouk Junior

**Gerente Editorial:** Júlio Röcker Neto

## Universidade Positivo –

### Equipe responsável pela elaboração do conteúdo

Karina Nones Tomelin (Org. – docente)

Ana Carolina Ferreira Teixeira Baron

Fernanda Camilo Atta

Giovanna de Oliveira Scussiatto (discente)

Izabella Gonçalves Romanetto

Jaqueline Mancebo Corrêa (discente)

Lígia Ribas Correia (discente)

Luciano Blasius (docente)

Marília Costa Pessanha Lara

Marcelyn Gonçalves de Souza Pereira (discente)

## Universidade Positivo – Apoio Técnico

Liliamar Hoça (docente)

Maísa Pannuti (docente)

## Colaboradores externos

Krisieli Fonsaca (elaboração)

Talita Sharon Machado (elaboração)

Tatiana Santos (apoio técnico)

## Edição, design e desenvolvimento

Ensinar Digital Educação e Tecnologia

CNPJ 09.430.102/0001-11

Dados Internacionais para Catalogação na Publicação (CIP)  
(Maria Teresa Alves Gonzati /CRB9-1584/Curitiba, PR, Brasil)

---

H811 Hora de incluir : primeiros passos para a inclusão no  
contexto educacional / Karina Nones Tomelin ( org. ).  
– Curitiba : Positivo, 2018.  
0,7 MB ; PDF

ISBN 978-85-467-2073-6

1. Educação - Inclusão. I. Tomelin, Karina Nones. II.  
Título.

CDD 370

---

## Uma iniciativa do Comitê de Inclusão do Grupo Positivo:

Ana Maria S. S. Gomes, Alciléia Sousa Freitas, Aline Cury, Bárbara Cristina Geree, Cassiano José Novacki, Deise Martins, Emerson Walter dos Santos, Fernanda Peixoto, Gabriela L. Costa, Izabella Gonçalves Romanetto, Joseph Razouk Junior (Coord.), Juliana Maria Garippe, Júlio Röcker Neto, Karina Nones Tomelin, Lenita Marcelino da Silva Prestes, Letícia Cini, Luana Borges dos Santos, Manoela Tagliaferro, Maria Fernanda Suss, Mariana Taís Drabik Vieira, Marilei Remar, Marília Costa Pessanha Lara, Selma Cristina Saito Azevedo, Thiago Miguel da Silva, Yuri Souza Lima

